

AGENDA AMBIENTAL DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTO ANTONIO DA FARTURA

Benivaldo Patrício Pereira

Biólogo UNIC

Josué Ribeiro da Silva Nunes

Doutor em Ecologia UFSCar

Professor adjunto de Biologia UNEMAT

Paula Alexandra Soares da Silva Nunes

Geógrafa UFMT, Especialista

Educação Ambiental e Ensino de Geografia

Nasson Delgado Arruda

Administrador professor IFMT

Ana Rita Lopes Guimarães Nunes

Assistente Social

Wallace Alves Barosso

Biólogo UNEMAT, Mestrando em Ciências Ambientais

RESUMO

A agricultura foi ao longo do tempo a atividade que congregou homens e mulheres, constituindo-se na principal fonte de trabalho. Até a revolução industrial o meio rural abrangia cerca de 75% da população, nas formas de organização social e de vivência em comum. A agricultura como processo produtivo engloba três fatores: a terra (meio ambiente natural), os homens (a demografia) e as técnicas (as forças produtivas). Este trabalho teve como objetivo conhecer a agenda ambiental do projeto de assentamento Santo Antônio da Fartura e como as famílias assentadas praticam tal agenda em seu dia a dia. O Assentamento Santo Antônio da Fartura está localizado no município de Campo Verde-MT, foram analisadas as alternativas que a comunidade de Fartura encontraram para seu desenvolvimento econômico, através do uso dos Recursos Hídricos existentes. Pode-se verificar qual a função dos rios Aricá e Bigorna para o uso individual e coletivo na localidade. Verificou-se a importância de ações governamentais e dos próprios assentados para que a agenda ambiental pudesse ser pensada e implantada com sucesso na comunidade.

Palavras-chave: assentamento, meio ambiente, água.

ABSTRACT

Agriculture was over time the activity that brought together men and women, being the main source of work. Until the industrial revolution the rural areas covering about 75% of the population, in the forms of social organization and experience in common. Agriculture as the production process comprises three factors: the Earth (natural environment), men (demographics) and techniques (the productive forces). This work aimed to meet the environmental rules of the settlement Santo Antonio project of plenty and as families settled practice such rules in your day to day. The settlement Santo Antonio da Fartura is located in the municipality of Campo Verde-MT. The alternatives were analyzed for the community of *Fartura* have found for your economic

development, through the use of existing water resources. You can check which Aricá and Bigorna Rivers function for the individual and collective use in the locality. It was verified the importance of governmental actions and settled themselves for the environmental rules could be designed and implemented with success in the community.

Key-words: establishment, environment, water.

INTRODUÇÃO

Infelizmente a qualidade da água vem sendo minimizada de uma maneira alarmante, as vezes que se erguem para falar sobre o assunto, temem que esse processo degradante possa ser irreversível atingindo drasticamente gerações inteiras (FERREIRA 2001).

A partir da modernidade trazida pelo final do século XIX, o crescimento demográfico somado ao processo de urbanização onde o homem passa a consumir água desenfreadamente, culmina e que na degradação exagerada da qualidade da água, que vem enquadrando sérios problemas de escassez. Neste quadro o valor econômico da água tornou-se praticamente universal, sendo objeto de disputa no mercado internacional.

“A água doce que é utilizada pelo homem para suas atividades sócio - econômicas, cujo nosso país tem grande potencial, pois que nossa reserva de água doce consiste num importante capital ecológico, torna a água um fator competitivo, fundamental ao desenvolvimento sustentável. O termo “água” refere-se em regra geral, ao elemento natural, desvinculado de qualquer uso ou utilidade, por sua vez, recurso hídrico é consideração da água como bem econômico passível de uma utilidade.” (Ferreira, 2001).

No caso do Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura, a água utilizada para suas atividades sócio-econômicas, são originárias dos rios Aricá e Bigorna.

O Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura está localizado numa unidade geológica divisora de água do Estado de Mato Grosso, entre as bacias do Prata e do Amazonas, inclusive a do Araguaia-Tocantins. Parte do perímetro está na grande bacia do Amazonas e Araguaia-tocantins, e parte, maior área, está na bacia do Prata. Todos os cursos d'água intermitentes ou efêmeros são tributários da bacia do Pantanal.

De acordo com o insistente debate a nível mundial existente quanto ao uso e conservação da água, nosso propósito é avaliar se o uso da água no Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura enquadra-se no chamado “Desenvolvimento sustentável”. Para tanto é preciso tecer algumas considerações preliminares.

Para o autor Demillo (1988), o desenvolvimento é sustentável “*quando provê necessidades da geração atual sem comprometer a habilidade de que as futuras gerações possam prover as suas*”.

No relatório da Comissão Brundtland em 1997, “*desenvolvimento sustentável é o processo sustentável é o processo que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades*”.

Isso significa dizer que qualquer modificação nos componentes do clima ou da paisagem, altera a qualidade e o tempo de residência da água no ecossistema, e por sua vez, o fluxo da água e suas características no canal principal dos rios.

Daremos maior atenção às variações antrópicas, já que trabalharemos a forma como o homem está utilizando as águas dos rios Bigorna e Aricá no Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura.

Qualquer ação do homem que altere os fatores básicos, que determinam o balanço hídrico acaba por influir na disponibilidade dos recursos hídricos de uma bacia hidrográfica. O homem pode interferir na natureza de maneira positiva fazendo com que a disponibilidade de água seja mais duradoura, isso é possível graças ao desenvolvimento científico e tecnológico, obra do próprio homem como é o caso da construção de açudes e sistemas de represas nos complexos de hidroeletricidade.

O objetivo dessa pesquisa foi conhecer a agenda ambiental do projeto de assentamento Santo Antônio da Fartura e como as famílias assentadas praticam tal agenda em seu dia a dia.

AREA DE ESTUDO

O Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura é resultante da desapropriação do Imóvel denominado Fazenda Santo Antonio da Fartura, situada nos limites dos municípios de Campo Verde e Santo Antonio de Leverger, Estado de Mato Grosso, registrada sob o número R-5/M53.456, com área total de 7.984,0 hectares, e teve sua desapropriação fornecida pelo INCRA, autorizada pelo Decreto nº 1.202/99 de 22 de outubro de 1999 (Figura 1).



Figura 1: Placa indicativa dos limites do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, 2005. Fonte: Benivaldo Patrício Pereira

O Assentamento conta com uma área de preservação permanente de 418,0794 hectares, sendo o restante distribuído em 266 lotes com área média de 22,62 hectares, assentando, assim, 266 famílias.

O Assentamento localiza-se nos limites dos municípios de Campo Verde-MT e Santo Antonio de Leverger-MT, distando 85km da capital, Cuiabá-MT. Partindo de Cuiabá o acesso se dá pela BR 364/163 e BR 070.

Dos drenos intermitentes destaca-se o córrego do “Bigorna” e seus tributários, e o córrego “Aricá” e seus tributários. O córrego do Bigorna apresenta vazão média de 0,045m³/s e o córrego Aricá de 0,028m³/s. A água em geral não apresenta restrições de sais para seu uso na irrigação, podendo apresentar limitações quanto a sua qualidade biológica, principalmente para consumo humano (Tabela 1).

Tabela 1. Cursos d'água no Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, Campo Verde-MT, 2005

NOME	QUANTIDADE DA ÁGUA	QUALIDADE DA ÁGUA	USO POTENCIAL
Rio Bigorna	0,045m ³ /s	Boa	Humano/Animal/Irrigação
Rio Aricá	0,028m ³ /s	Boa	Humano/Animal/Irrigação

Fonte: DRPe – Diagnóstico Rural Rápido emancipador, 2005.

Existe no Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura 13 nascentes, sendo 09 (nove) intermitente e 04 (quatro) efêmeras que são utilizadas para o consumo humano. Destas, apenas 02 (duas) nascentes apresentam degradação ambiental com área total de 6,7968 hectares, que deverão ser recuperadas (Figura 2).



Figura 2: Rio Aricá, cuja nascente se dá dentro da área do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, Campo Verde-MT, 2005. Fonte: Benivaldo Patrício Pereira.

As nascentes representam a fonte de água mais segura para o consumo humano do Projeto de Assentamento, principalmente pela comunidade das sedes nova e velha, onde estão presentes o maior número de nascentes do assentamento, porém nem toda a comunidade é beneficiada, pois existem conflitos pessoais entre a liderança, envolvendo a utilização na sua forma coletiva.

METODOLOGIA

Para obtenção das informações referentes ao Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, tais como a quantidade de famílias assentadas, documentação existente e todos os demais dados necessários para este levantamento, foi realizada pesquisa *in loco* com os moradores, lideranças, etc, bem como realizamos pesquisa bibliográfica em jornais da época, pesquisa em cartório e junto ao INCRA de Cuiabá-MT, procurando fundamentar as informações de forma confiável com a realidade do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura.

Foi aplicado questionário semiestruturado junto a 50 famílias de assentados para verificar a interação dos mesmos com o local em foram assentados e com o ambiente natural.

HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO

Registros mostram que no ano de 1988 existiam 325 famílias acampadas em coberturas improvisadas com lona preta (100µm) e/ou palha de palmeiras nativas da região (babaçu ou bacuri), às margens da BR 364/163 e posteriormente junto à BR 070. Após algum tempo de espera por uma solução para os graves problemas enfrentados no dia a dia, em 25 de novembro de 1998 deu-se a ocupação do imóvel. Num primeiro momento por iniciativa e arbítrio dos mesmos e com critérios desconhecidos, deu-se o primeiro parcelamento do imóvel. Esta demarcação não foi autorizada pelo INCRA, e não obedeceu a critérios técnicos oficiais, apresentando módulos por parcela fora dos padrões técnicos, bem como o processo de ocupação não obedeceu a um processo de cadastramento e seleção dos beneficiários pelo INCRA, gerando problemas relacionados a ocupação por pessoas não clientes da reforma agrária.

As condições enfrentadas pelos ocupantes da Fazenda Santo Antonio da Fartura, segundo relatos de camponeses daquela época, eram de extrema penúria, inexistindo assistência médica, social, etc. Tal contexto deu condições a um grande êxodo de famílias originárias no movimento e a chegada de novas famílias (alta taxa de renovação), que inicialmente

começaram a implantar pequenas hortas, dando início ao processo de produção de hortifrutigranjeiros, o que caracterizou o perfil de produção atual do assentamento.

Em finais de 1999, o INCRA, buscando regularizar a situação do assentamento e de amenizar os vários conflitos existentes à época, assume o imóvel recém desapropriado, desenvolvendo um peno trabalho de cadastramento de todas as famílias e a demarcação topográfica oficial do assentamento, visando o reordenamento espacial e a ocupação criteriosa das famílias beneficiadas.

Após a demarcação foi liberado o crédito de instalação (alimentação, fomento e habitação) e ainda o crédito de produção do PRONAF, consolidando, assim, o Assentamento (Figura 3).



Fig. 3: Modelo de residência, projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, 2005.
Fonte: Benivaldo Patrício Pereira

AGENDA AMBIENTAL DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SANTO ANTÔNIO DA FARTURA

O Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura se enquadra, pelo menos em seu processo de consolidação, no projeto de desenvolvimento sustentável, a Agenda Ambiental do Assentamento é a prova disso.

Houve a montagem de uma equipe técnica para este fim, os quais deveriam ter experiência em sistema agroflorestais e projetos ambientais como um todo. Essa equipe foi encarregada de viabilizar os projetos de implantações de sistemas agroflorestais e recuperação de áreas alteradas.

Os princípios da construção da Agenda Ambiental do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura estão expostos na própria Agenda 21, onde se estabeleceram compromissos em busca de desenvolvimento sustentável, delineado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992.

As Agendas 21 Nacional, bem como as Agendas Estaduais e locais, estão sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

O esforço de elaborar uma Agenda Ambiental do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, implica na incorporação na prática da sustentabilidade no meio rural embasados nos princípios do planejamento participativo, ou seja, a comunidade faz parte da elaboração da agenda.

A elaboração da Agenda 21 brasileira inclui as seguintes diretrizes prioritárias:

- Fortalecimento de mecanismos e instâncias de articulação entre governo e sociedade civil;
- Fortalecimento da agricultura familiar frente aos desafios da sustentabilidade agrícola;
- Incentivo ao manejo sustentável dos sistemas produtivos e ao planejamento ambiental;
- Incentivo à geração e à difusão de informações e de conhecimentos que garantam a sustentabilidade da agricultura.

A definição sobre o tema se consolidou no Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais durante a ECO-92:

“A agricultura sustentável é um sistema de organização sócio econômico e técnico do espaço rural, fundada numa visão equitativa e participativa do desenvolvimento, e que entende o meio ambiente e os recursos naturais como base da atividade econômica.”

A agricultura é sustentável quando ecologicamente equilibrada, economicamente viável, racialmente justa, culturalmente apropriada e orientada por um enfoque científico holístico.

A agricultura sustentável preserva a biodiversidade, mantém a fertilidade dos solos e boa qualidade dos recursos hídricos, conserva e melhora a estrutura química, física e biológica dos solos, recicla os recursos naturais e conserva a energia. A agricultura sustentável produz alimentos, matérias primas e plantas medicinais diversificadas e de alta qualidade.

A agricultura sustentável utiliza os recursos renováveis disponíveis a nível local, tecnologias apropriadas e acessíveis, minimizando a utilização de insumos externos, aumenta a independência local e a auto-suficiência, assegurando uma fonte de renda estável para os pequenos produtores, suas famílias e para as comunidades rurais, permitindo ao mesmo tempo, a permanência na terra de um maior número de pessoas, o fortalecimento das comunidades rurais e a integração dos homens ao meio ambiente.

A agricultura sustentável respeita os princípios ecológicos da diversidade e interdependência, e utiliza os conhecimentos da ciência moderna para desenvolver e não para marginalizar o saber tradicional acumulado ao longo dos séculos por grandes contingentes de pequenos agricultores em todo mundo.”.

(Tratado das ONGs aprovados no Fórum Internacional de Organizações não Governamentais e Movimentos Sociais no âmbito do Fórum Global – ECO-92, p.144-145).

O programa de desenvolvimento sustentável viabiliza a utilização racional dos recursos naturais na gestão do uso da terra. Esse programa envolve os movimentos sociais de luta pela terra, os órgãos públicos voltados diretamente para a questão agrária (MDA/INCRA), órgão de assistências técnicas e extensão rural, prefeituras e sociedade em geral.

Todos esses seguimentos da sociedade trabalham juntos na reflexão e, elaboração de propostas para solucionar e até eliminar impactos ambientais negativos, decorrentes da ação do homem. Por sua vez essa não é uma tarefa fácil, ao contrário, consiste em um desafio, um processo que exige mudanças culturais, a sociedade deverá entender que o espaço que ocupa, bem como os

recursos de que se apropriam são bens coletivos geradores de qualidade de vida para todos, portanto é necessário que todos se apropriem dos recursos naturais de forma adequada.

A Agenda Ambiental também se compromete com o **reflorestamento** de áreas destinadas a cumprir a função de corredores ecológicos, com a implantação de **Bosques Energéticos** com espécies exóticas, de forma a criar fontes alternativas de renda e diminuir a pressão sobre os remanescentes florestais nativos, com o fomento à exploração de **recursos florestais** não madeireiras, com o manejo de florestas nativas, de forma a viabilizar a exploração sustentável da área de reserva legal e incluindo o fomento ao manejo florestal de uso múltiplo, visando a garantia de auto-abastecimento, o abastecimento dos mercados locais e regionais.

Plano de Consolidação do Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura

De acordo com o Plano de Consolidação do Assentamento de Santo Antônio da Fartura, documento oficial que se encontra no acervo do INCRA/MT.

O Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura não possui área de reserva legal averbada na matrícula do imóvel, porém apresenta remanescentes florestais suficientes para atender às exigências legais ambientais, principalmente para fins de licenciamento ambiental, em cumprimento da Resolução CONAMA nº 289/01. Estes remanescentes estão distribuídos nos lotes, apresentando situações de parcelas com mais de 90% de composição florestal e lotes com nenhum tipo de mata. Desta forma, a implantação de um reflorestamento agrônômico irá permitir que o assentamento possa desenvolver o processo de licenciamento de forma mais equilibrada dentro de cada lote, além de gerar renda para as famílias.

O objetivo geral do plano é propiciar a geração de renda alternativa para os assentados aliado à recuperação e preservação ambiental do assentamento. Por sua vez este objetivo será legitimado pela implantação de sistemas agroambientais, como especializações em sistemas

agrossilvopastoris, como forma de compensação de áreas de reserva legal e geração de renda familiar.

A estratégia proposta neste plano de consolidação é a implantação de **mudas de essências florestais**, com aproveitamento das espécies cultivadas semi-perenos de importância econômica, tais como o pequi do cerrado e sementes de capim.

O objetivo estratégico é cultivar essa espécie nos três primeiros anos num processo de consórcio, de forma a propiciar a partir do 4º (quarto) ano a estabilização de um sistema formado por pequi/capim. Durante o período de implantação, ou seja, três primeiros anos, os assentados poderão optar pelo plantio de culturas anuais, como forma de aproveitamento da área.

A **equipe de assistência técnica** assumirá papel fundamental na execução de tal projeto de forma a orientar os parceiros sobre o processo de implantação e condução do sistema. Será definido ao nível de campo o local exato da implantação do SAF, com a localização em imagem de satélite em cada lote, de forma a evitar a implantação em áreas com condições edáficas desfavoráveis para o sistema, privilegiando áreas com solos latossólicos, devidamente corrigidos e bem drenados.

As áreas de Preservação Permanente deverão ser recuperadas mediante um Plano de Recuperação de áreas Degradadas (PRAD), a ser elaborado durante o processo de execução do projeto de licenciamento do assentamento.

Tendo em vista o interesse social das atividades de manejo agroflorestal sustentável praticado na pequena propriedade ou posse rural familiar, caso de assentamento de reforma agrária a proposta prevê, com base na Medida Provisória nº 2.1666.67, de 24/08/2001, a utilização de sistemas agroflorestais regenerativos como estratégia para recuperação das áreas de preservação permanentes alteradas, desde que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área, nas áreas desprovidas de vegetação arbórea ou perturbadas.

O reflorestamento será o instrumento de recuperação das áreas que sofreram ação antrópica e também poderá ser utilizado para áreas que não

demonstrem aptidão agrícola, mas que estão dentro do contexto do zoneamento agroecológico aptos a receber plantio de essências florestais.

Dentro dos critérios de escolha das espécies deverá ser avaliado o mercado de consumo e também a viabilidade econômica deste, dando ênfase às espécies de rápido crescimento de valor comercial e que estejam adaptadas a região.

Todo esse esquema acima tem o objetivo de recuperar as áreas de preservação permanente, outras áreas legalmente protegidas (Reserva legal) e alteradas dentro do PA, Projeto de Assentamento, Santo Antônio da Fartura, utilizando sistemas agroflorestais nas áreas desprovidas de vegetação nativa e técnicas de enriquecimento e condução da regeneração natural nas áreas com potencial de recuperação por meio do resgate do banco de sementes/chuvas de sementes/isolamentos e proteção.

Está prevista a recuperação de 6,8 hectares de áreas de preservação permanente alterada com a implantação de espécies nativas de aproveitamento econômico. Esta área corresponde a 02 (duas) nascentes degradadas e mata ciliar do córrego Bigorna, conforme imagem satélite (figura 6).

Para tanto foi montado um diagnóstico participativo do uso de solo de cada lote, junto com o perfil de entrada, de forma a caracterizar a situação da cobertura vegetal nativa, das áreas de preservação permanente, com a assinatura de um “*termo de compromisso*” do assentamento das responsabilidades para a implantação e manutenção das áreas, considerando a necessidade de adequação ambiental do assentamento e de cada lote.

Far-se-á também um sistema de monitoramento e avaliação participativa dos projetos, de forma a corrigir rumos e garantir o sucesso dos plantios e da recuperação as áreas alteradas e o levantamento das espécies ocorrentes em áreas próximas que servirá de referência para a escolha das espécies que serão utilizadas na recomposição.

O reflorestamento será o instrumento de recuperação das áreas que sofrem ação antrópica, principalmente na recuperação de nascentes e também poderá ser utilizado para áreas que não demonstrem aptidão agrícola, mas que estão dentro do contexto do zoneamento agroecológico aptas a receber plantio

de essências florestais. Dentro dos critérios de escolha das espécies, será avaliado o mercado de consumo e também a viabilidade econômica deste, dando ênfase às espécies de rápido crescimento de valor comercial e que estejam adaptadas a região (Figura 4).

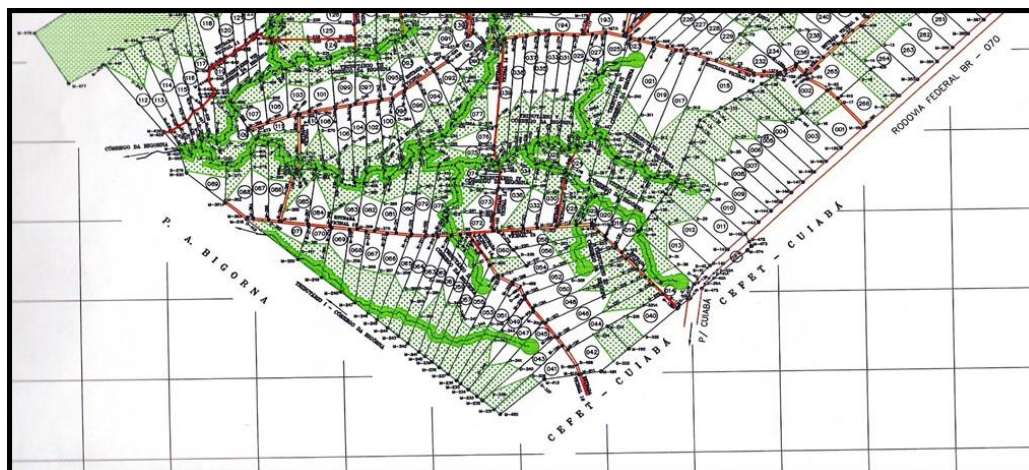


Fig. 4: Mapa geográfico da área do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, 2005
Fonte: INCRA-MT, 2005.

A recuperação, recomposição e restauração das áreas que sofreram ação antrópica em Reserva Legal e Preservação Permanente terá início com a quantificação das áreas via imagem georeferenciada, seguindo critérios do Órgão Ambiental do Estado de Mato Grosso, após a quantificação das áreas, fará um levantamento das espécies ocorrentes em áreas próximas que servirá de referência para a escolha das espécies que serão utilizadas na recomposição.

A relação das principais espécies recomendadas para o processo de recuperação de mata ciliar e nascentes estão no Plano de Consolidação do Assentamento Santo Antônio da Fartura e o detalhamento do orçamento analítico para a recuperação de nascentes do assentamento.

Para que este projeto fosse colocado em prática foi preciso o Licenciamento Ambiental Único, que tem por objetivo o atendimento da Legislação atinente à Política do Meio Ambiente, especificamente ao Artigo 19, no Inciso IV, da Lei Complementar nº 38 de 21/11/1995 – Código Ambiental do Estado de Mato Grosso, a Portaria nº 129/96 no seu Artigo 8º e a Política Nacional do Meio Ambiente, que tem como base o Código Florestal instituído pela Lei nº 4.771 de 15/09/1965.

O licenciamento visa a realização do diagnóstico ambiental e dos estudos necessários para o atendimento da Resolução CONAMA nº 289/01 e Licenciamento Ambiental Único da FEMA/MT, revisão e apoio para a construção participativa do PRAD – Plano de Recuperação da Área Degradada do Projeto de Assentamento Santo Antônio da Fartura, incluindo as propostas de compensação ambiental por meio da revisão e detalhamento da proposta de implantação de sistemas agroflorestais e propostas de recuperação das áreas de preservação permanente nos lotes.

Sequenciando, o licenciamento ambiental tem como estratégia o levantamento dos dados secundários já existentes, obtenção dados gerais utilizando imagens de satélite, fotos aéreas e mapas de uso e ocupação do solo em unidades ambientais, com a delimitação e caracterização das áreas legalmente protegidas e revestidas de vegetação natural, o apoio técnico também se faz necessário para a elaboração do diagnóstico detalhado dos lotes individuais e área de reserva legal, de forma a permitir a elaboração dos projetos de recuperação ambiental e sistemas agroflorestais, considerando parte do SAF como uma estratégia de recuperação das áreas alteradas, negociação participativa de um “*Termo de Compromisso*” do assentamento com a Associação, com o detalhamento das responsabilidades/PAC e assentados, para implantação e manutenção das áreas, considerando a necessidade de adequação ambiental do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura e do lote.

E por último o acompanhamento de todo o processo de licenciamento ambiental até a obtenção da licença e operação mantendo contato e dando subsídios para a comissão de meio ambiente do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, por meio de reuniões técnicas, elaboração de material de apoio/divulgação e emissão de relatório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura, localizado no município de Campo Verde-MT, situa-se ao longo dos cursos d’água e em áreas de cota baixa, próximo às Rodovias BR364/163, sendo composto por vegetação de savana aberta, solos minerais hidromórficos, apresentando baixa

fertilidade natural em razão do caráter álico, ou seja, saturação com alumínio superior a 50%. Assim, na época da estação chuvosa estes solos apresentam sérios impedimentos ao uso agrícola, uma vez que a drenagem se faz lentamente, o que restringe a aeração para o sistema radicular das plantas, apresentando, ainda, relevo predominantemente suave a ondulado, sendo a vegetação do tipo cerrado, savana arbórea aberta nas áreas de cotas mais altas.

Para a execução deste trabalho monográfico foi elaborada pesquisa de campo, bem como entrevistas com os assentados para melhor compreendermos a realidade do Projeto Assentamento Santo Antonio da Fartura.

O Assentamento é constituído por 266 famílias efetivamente assentadas pelo INCRA desde 1998, famílias estas oriundas de movimentos sem terra, que inicialmente se apossaram da área que posteriormente foi desapropriada para fins de reforma agrária. O INCRA cadastrou as famílias, promoveu os benefícios de financiamentos e assistência técnica rural aos assentados, visando fixá-los na área.

O Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura conta com a Escola Municipal Santo Antonio da Fartura, que atende alunos desde a idade pré-escolar (na faixa de 6 anos), até o segundo ciclo (8ª série), totalizando 282 alunos, mais a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com 12 alunos. Atende, ainda, alunos do segundo grau, totalizando 75 alunos. Os professores são todos graduados (Figura 5).



Figura 5: Vista parcial da Escola Municipal Santo Antonio da Fartura, 2005. Fonte: Benivaldo Patrício Pereira

Em visita ao Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fatura foram entrevistados 50 parceiros que residem próximos ao rio Aricá. Este rio é formado por várias nascentes, isto é, uma quantidade imensa de minas d'água e tributários. Detectou-se que 90% dos moradores faz uso da água para irrigação de hortaliças tanto por aspersão, gotejamento, valas e manual.

Existe ainda o uso da água do rio Aricá para consumo dos animais, tais como: gado, ovelhas, suínos, aves, etc.

No Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fatura ainda não foi construída área de lazer para os moradores, bem como não existe saneamento básico.

98% das famílias têm energia elétrica e foram feitas estradas em todo o assentamento com recursos do INCRA.

São feitas reuniões constantes para a sensibilização para o desenvolvimento sustentável, pois há orientação técnica de profissionais, tais como: biólogo, engenheiro agrônomo, técnico agrícola, veterinário e assistente social. Isto faz com que as famílias assentadas tenham uma visão melhor, não desmatando na beira do rio Aricá, minas, morros, riachos, etc, e também produzindo seus produtos hortigranjeiros com técnicas.

As famílias estão satisfeitas quanto à política implantada, pois além das orientações técnicas, o governo concedeu todos os créditos pertinentes ao assentamento, que são: fomento, alimento, habitação e PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar). E a infra-estrutura, tais como: energia elétrica, estradas, escola e Posto de Saúde.

Os problemas detectados quanto aos recursos hídricos foram a distância do rio até o uso correto da água. Muitos moradores usam roda d'água, bomba elétrica, motor diesel.

Os hortifrutigranjeiros produzidos pelos moradores do assentamento são distribuídos para Cuiabá, Rondonópolis, Jaciara, Campo Verde, Várzea Grande, etc. Todos participam ativamente na produção inclusive as mulheres e crianças com trabalhos mais leves.

Produz-se: pimentão, vagem, milho, mandioca, batata doce, jiló, chuchu, alface, repolho, pepino, couve, cheiro, verde, além de banana, manga, goiaba, limão, laranja, abacaxi, etc, também ocorre a criação de gado, suínos, aves, ovinos, caprinos, e existe um morador com um tanque produzindo pacu, piraputanga e pintado para consumo próprio. Existem ainda, um morador com um ranário instalado, com 03 tanques, com 14 baias de engorda, 01 tanque para gerinagem e 150 matrizes para a reprodução. A produção é comercializada em Cuiabá.

Para a produção e criação de animais, são utilizados equipamentos manuais, sendo que alguns moradores se utilizam de tratores, implementos agrícolas e muitos veículos adquiridos com recursos próprios.

No Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura existe uma pequena área de preservação (418ha) que os moradores fazem questão de manter intacta, para uso futuro. Existem 3 (três) associações, cujo objetivo visa manter o desenvolvimento e suprir as necessidades da comunidade (Figura 6).



Figura 6: Produção de tomate no Assentamento, 2005. Fonte: Benivaldo Patrício Pereira

A renda média das famílias é em torno de R\$ 1.000,00 (mil reais) por mês. Existem dois pequenos mercados que abastecem os moradores em suas compras diárias.

Não foi detectada a comemoração de algum evento comunitário. No núcleo do Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura existem duas entidades religiosas, uma evangélica e outra católica, com reuniões semanais.

O que se pode observar é que os moradores do Projeto Assentamento Santo Antonio da Fartura, estão satisfeitos e adaptados com a vida nesta comunidade, pois, além dos benefícios oriundos do governo, todos trabalham com empenho em suas parcelas, retirando recursos para a sobrevivência de toda a família, com sensibilização para a preservação do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso frear o desenvolvimento descontrolado e predatório em favor do meio ambiente sem que signifique perda do ganho econômico. Para tanto acreditamos que a melhor política seja aquela que desperte uma postura a ser adotada pelo próprio produtor e o industrial, que ao vislumbrar ganhos de igual ou superior monta, partira da consciência dele o desejo de conservar seu patrimônio natural.

Este trabalho pretendeu demonstrar uma visão de desenvolvimento equilibrado, e como exemplo demonstramos o Projeto de Assentamento Santo Antonio da Fartura ocorrido no município de Campo Verde-MT, que assentou 266 famílias de forma responsável, com estrutura básica e que tem na produção local de hortifrutigranjeiros seu sustento familiar, exportando para outros municípios sua produção.

O uso equilibrado do meio ambiente, principalmente dos recursos hídricos, demonstra a sensibilização dos moradores da comunidade.

BIBLIOGRAFIA

DEMILLO, Roberto. *Aquecimento Global: Mito ou Realidade?* São Paulo: Quark Books, 1988, p. 187-188.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus municípios*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 2001.